

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO

2012

Senhores Acionistas,

A Administração da Teles Pires Participações S.A., em conformidade com as disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de Vossas Senhorias, as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2012 que representam a situação da Sociedade no período mencionado. Estamos ao inteiro dispor de Vossas Senhorias para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

Em milhares de reais

Notas	Controladora		Consolidado	
	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
	(não auditado)		(não auditado)	
ATIVO				
CIRCULANTE				
Caixa e equivalentes de caixa	4	305.111	-	417.729
Títulos e valores mobiliários	5	-	-	8.000
Impostos e contribuições a recuperar	6	2.915	-	6.438
Despesas pagas antecipadamente		-	-	1.607
Outros ativos circulantes		-	-	928
TOTAL DO CIRCULANTE		308.026		434.702
NÃO CIRCULANTE				
Impostos e contribuições a recuperar	6	-	-	13.198
Depósitos judiciais	7	728.042	190.860	-
Investimentos	8	-	-	1.448.477
Imobilizado	9	-	-	90.563
Intangível		-	-	36.460
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		728.042	190.860	1.553.347
TOTAL DO ATIVO		1.036.068	1.988.049	412.110

Notas	Controladora		Consolidado	
	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
	(não auditado)		(não auditado)	
PASSIVO				
CIRCULANTE				
Fornecedores	10	-	-	86.811
Empréstimos e financiamentos	11	-	-	159.990
Salários e encargos a pagar		-	-	529
Impostos e contribuições a recolher	13	2	-	7.487
Outros passivos circulantes		-	-	1.829
TOTAL DO CIRCULANTE		2		96.656
NÃO CIRCULANTE				
Empréstimos e financiamentos	11	-	-	761.064
Debêntures	12	677.701	-	677.701
Concessão do serviço público (uso do bem público)	14	-	-	81.438
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		677.701		1.520.203
TOTAL DO PASSIVO		679.703		1.520.203
ATIVO				
Patrimônio Líquido				
Capital social	381.751	192.995	381.751	192.995
Prejuízos acumulados	(23.386)	(2.135)	(10.562)	(2.135)
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	358.365	190.860	371.189	190.860
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.036.068	190.860	1.988.048	412.110

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Informações Gerais

A Teles Pires Participações é uma sociedade anônima constituída em 18 de novembro de 2011, com sede na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na praia do Flamengo, 78 - 2º andar (parte) - Flamengo, podendo manter filiais, agências ou representações, em qualquer localidade do País ou do exterior. Esta empresa foi criada com um propósito de participar, estudar, planejar, investir e operar direta ou indiretamente na implantação do projeto, construção, operação e gestão da usina hidrelétrica de Teles Pires. A usina localizada no rio Teles Pires entre os Estados do Pará e Mato Grosso terá potência instalada de 1.820 MW, Energia Assegurada de 915,4 MW médios e será composta por 5 turbinas Francis Eixo Vertical de 364 MW. O Contrato de Concessão foi assinado pelo Poder Concedente em junho de 2011 e as obras iniciadas em agosto do mesmo ano. O prazo do Contrato de Concessão é de trinta e cinco anos a partir da data de sua assinatura. No termo final, todos os bens e instalações vinculados à Hidrelétrica Teles Pires S.A., passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização das parcelas dos investimentos ainda não amortizados ou depreciados, a ser apurado pelo Poder Concedente.

A Licença de Instalação (LI) nº 818/2011 foi emitida pelo IBAMA em 19 de agosto de 2011, sendo válida pelo período de 4 anos. A obtenção da LI marcou o início da montagem do canteiro de obras. Pelo cronograma físico apresentado, o início da operação comercial da primeira unidade geradora é para 30 de abril de 2015 e a conclusão da montagem das unidades geradoras para 30 de setembro de 2015. Conforme Contrato de Concessão, o início de entrega da energia elétrica a ser produzida pela Usina Hidrelétrica Teles Pires S.A. e comercializada pela Companhia, ocorrerá até abril de 2015. A energia assegurada foi negociada na seguinte proporção:

- 85% no Ambiente de Contratação Regulado (ACR) através de Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCLEAR), ao preço de R\$ 58,36 por MWh referenciado em dezembro de 2010, atualizado anualmente pela variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA; e
- 15% serão destinados a comercialização no Ambiente de Contratação Livre (ACL).

A investida está incorrendo em gastos relacionados com a implantação do aproveitamento hidroelétrico, os quais de acordo com as projeções financeiras deverão ser absorvidos pelas receitas futuras das operações. A realização dos ativos imobilizado e intangível constituídos pelos referidos gastos dar-se-á a partir do início das operações.

A investida apresenta capital circulante líquido de R\$ 34.725 e prejuízos acumulados de R\$ 19.847 e atualmente depende do suporte financeiro de seus acionistas. Além a isso, a Companhia assinou contrato de empréstimo junto ao BNDES para financiar a construção da usina.

A Administração da Companhia autorizou a conclusão da elaboração das demonstrações financeiras em 30 de janeiro de 2013, as quais estão expressas em milhares de reais, arredondadas ao milhar mais próximo, exceto quando indicado o contrário.

2 Elaboração e Apresentação das Demonstrações Financeiras

2.1 - Bases de apresentação

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB* somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controlada pelo método de equivalência patrimonial, conforme requerido pelo ICP 09, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo.

A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações técnicas emitidas pelo CPC que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2012.

2.2 - Conversão de saldos em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

2.3 - Instrumentos financeiros

a) Ativos financeiros

Os ativos financeiros da Companhia estão classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado (os mantidos para negociação e os designados assim no reconhecimento inicial), empréstimos e recebíveis e investimentos mantidos até o vencimento.

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de ativos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, títulos e valores mobiliários, concessão de serviços público e outros créditos.

a.1) Mensuração subsequente dos ativos financeiros

A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

- Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado
- Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado.
- Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou "prêmio" na aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização do método de juros efetivos é incluída na linha de receita financeira na demonstração de resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado.

- Investimentos mantidos até o vencimento

Ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e vencimentos fixos são classificados como mantidos até o vencimento quando a Companhia tiver manifestado intenção e capacidade financeira para mantê-los até o vencimento. Após a avaliação inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são avaliados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, menos perdas por redução ao valor recuperável.

a.2) Desreconhecimento (baixa) dos ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;
- A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasse"; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

b) Passivos financeiros

Os passivos financeiros da Companhia são classificados como outros passivos financeiros (empréstimos e financiamentos). A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar, empréstimos, financiamentos e debêntures.

b.1) Mensuração subsequente dos passivos financeiros

Empréstimos e financiamentos

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Ganhos e perdas são reconhecidas na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa efetiva de juros.

b.2) Desreconhecimento (baixa) dos passivos financeiros

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo montante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

2.4 - Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos de caixa, depósitos bancários à vista e as aplicações financeiras com liquidez imediata, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

2.5 - Títulos e valores mobiliários

São classificados como ativos financeiros mantidos até o vencimento, e estão demonstrados ao custo amortizado, acrescido das remunerações contratadas, reconhecidas proporcionalmente até as datas de encerramento das demonstrações contábeis, equivalentes ao seu valor justo.

2.6 - Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição ou construção deduzido da depreciação acumulada. A depreciação acumulada é calculada a taxas que levam em consideração a vida útil efetiva dos bens.

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Essas perdas serão lançadas ao resultado do exercício quando identificadas.

2.7 - Intangível

Compreende o direito de uso do bem público. O valor do pagamento será atualizado anualmente pela variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA a partir do mês anterior à data do leilão.

2.8 - Novos pronunciamentos contábeis

2.8.1 - Pronunciamentos técnicos revisados pelo CPC em 2012

Alguns procedimentos técnicos e interpretações emitidas pelo CPC foram revisados e têm a sua adoção obrigatória para o período iniciado em 01/01/12.

Segue abaixo a avaliação da Companhia dos impactos das alterações destes procedimentos e interpretações: ICP 08 (R1) - Contabilização da proposta de pagamento de dividendos - aprovado pela Deliberação CVM nº 683, de 30 de agosto de 2012. A revisão desta norma não impactou as demonstrações financeiras da Companhia.

ICPC 09 (R1) - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial - aprovado pela Deliberação CVM nº 687, de 4 de outubro de 2012. A revisão desta norma não impactou as demonstrações financeiras da Companhia. CPC 17 (R1)/IAS 11 - Contratos de Construção - aprovado pela Deliberação CVM nº 691, de 8 de novembro de 2012. A revisão desta norma não impactou as demonstrações financeiras da Companhia.

CPC 30 (R1)/IAS 18 - Receitas - aprovado pela Deliberação CVM nº 692, de 8 de novembro de 2012. A revisão desta norma não impactou as demonstrações financeiras da Companhia.

CPC 35 (R2)/IAS 27 - Demonstrações Separadas - aprovado pela Deliberação CVM nº 693, de 8 de novembro de 2012. A revisão desta norma não impactou as demonstrações financeiras da Companhia. CPC 40 (R1)/IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação - aprovado pela Deliberação CVM nº 684, de 30 de agosto de 2012. A revisão desta norma não impactou as demonstrações financeiras da Companhia.

2.8.2 - Pronunciamentos técnicos emitidos pelo IASB

Em junho de 2011, o *International Accounting Standards Board - IASB* emitiu os seguintes pronunciamentos contábeis, cuja adoção obrigatória deverá ser feita a partir de 01/01/2013:

IFRS 9 Instrumentos Financeiros - O IFRS 9 estabelece os princípios de divulgação de ativos e passivos financeiros que irão apresentar informações úteis e relevantes para avaliação dos valores, época e incertezas dos fluxos de caixa futuros.

IFRS 10 Demonstrações Financeiras Consolidadas - O IFRS 10 inclui nova definição de controle na determinação de quais entidades serão incluídas nas demonstrações consolidadas de um grupo. O IFRS 10 substitui em parte o IAS 27 (CPC 36).

IFRS 11 Operações Conjuntas - O IFRS 11 prescreve a contabilização para contratos nos quais existem controle conjunto. Consolidação proporcional não será mais permitida para empreendimentos conjuntos e/ou onde haja controle compartilhado.

IFRS 12 Divulgação de participação em outras entidades - O IFRS 12 determina as exigências de divulgação para controladas, controladas em conjunto e/ou empreendimentos conjuntos, coligadas e sociedades de propósito específico. O IFRS 12 substitui requerimentos previamente incluídos nos IAS 27 (CPC 35), IAS 31 (CPC 19) e IAS 28 (CPC 18).

Enquanto aguarda a aprovação das normas internacionais pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis Brasileiro, a Companhia está procedendo sua análise sobre os impactos desses novos pronunciamentos em suas demonstrações financeiras.

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio divulgado pela Companhia.

3 Procedimentos de Consolidação

A demonstração contábil consolidada foi preparada de acordo com as normas estabelecidas pelo CPC 36 (R1) - Demonstrações Consolidadas, que incluem a Teles Pires Participações e sua controlada em conjunto. A informação anual da controlada em conjunto da Companhia Hidrelétrica Teles Pires S.A. foi consolidada com base do método de consolidação proporcional, aplicável sobre cada componente da informação anual da investida.

Os critérios contábeis adotados na sua apuração foram aplicados uniformemente entre as diversas empresas do Grupo. As principais práticas de consolidação adotadas foram as seguintes:

- Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas;
- Eliminação das participações no capital, reservas e lucros acumulados das empresas consolidadas;
- Eliminação dos saldos de receitas e despesas decorrentes de negócios entre as empresas;
- Capitalização dos encargos financeiros decorrentes das captações da aplicação dos recursos nos ativos atribuíveis.

Quadro de conciliação:

	31/12/12	Acumulado
Conciliação do Resultado		
RESULTADO CONTROLADORA		
PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(21.251)	
Resultado financeiro líquido capitalizado	(a)	12.824
RESULTADO CONSOLIDADO		
PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(8.427)	

a) Os valores referem-se aos recursos captados de terceiros pela controladora para investimento na Companhia Hidrelétrica Teles Pires S.A.

4 Caixa e Equivalentes de Caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
Caixa e depósitos bancários à vista	42	-	49	62
Aplicações financeiras de liquidez imediata:				
• Fundos de investimento	305.069	-	417.680	-
	305.111		417.729	62

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor justo ou de realização.

As aplicações financeiras são formadas, principalmente, por Fundos de Investimentos Exclusivos, compostos por ativos visando melhor rentabilidade com o menor nível de risco, podendo conter diversos ativos tais como: títulos de renda fixa, títulos públicos, operações compromissadas, debêntures, CDBs, entre outros. Os valores aplicados são convertidos em cotas com atualização diária e o cálculo do saldo do cotista é feito multiplicando o número de cotas adquiridas pelo valor da cota no dia.

Outra parte das aplicações financeiras é formada por Certificados de Depósito Bancário - CDBs, que correspondem a operações realizadas com instituições que operam no mercado financeiro nacional, contratadas pela empresa ao percentual 101%, do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), tendo como característica alta liquidez e baixo risco de crédito.

5 Títulos e Valores Mobiliários

Agente financeiro	Tipo de aplicação	Vencimento	Indexador	Consolidado	
				31/12/12	31/12/11
Banco do Brasil	Fundo BB Polo	(*)	CDI	8.000	178.861
Total				8.000	178.861
Circulante				8.000	178.861

(*) diversos vencimentos.

Corresponde às aplicações no Fundo BB Polo, que não possuem condição de resgate antecipado.

6 Impostos e Contribuições a Recuperar

Circulante	Ref.	Controladora		Consolidado	
		31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
		(não auditado)		(não auditado)	
Imposto de Renda - IR		2.915	-	2.915	-
Imposto sobre Circulação de Mercadorias - ICMS	(a)	-	-	3.523	231
		2.915		6.438	231
Não-Circulante					
Imposto sobre Circulação de Mercadorias - ICMS	(a)	-	-	13.198	33
		-	-	13.198	33
Total		2.915		19.636	264

(a) O Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) registrado no ativo está composto pelo ICMS a recuperar sobre o Ativo Permanente decorrente das aquisições destinadas à construção da usina.

7 Investimentos

Informação sobre a investida:

Investidas	Data base	Participação no capital integralizado	Capital realizado	Patrimônio líquido	Resultado no período
Companhia Hidrelétrica Teles Pires	31/12/12	99,10%	745.293	725.446	(15.887)
TOTAL			745.293	725.446	(15.887)

Mutação dos investimentos

	Saldos em 31 de dezembro de 2011 (não auditado)		Aumento de capital/aquisição de ações		Equivalência patrimonial		Saldos em 31 de dezembro de 2012	
	31/12/11	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11	31/12/12
TELES PIREs	190.860	545.591	(8.409)	728.042	-	-	728.042	728.042
TOTAL	190.860	545.591	(8.409)	728.042			728.042	728.042

Conforme ATA de Assembléia Geral Extraordinária de 5 de dezembro houve aumento de capital na Teles Pires Participações, no montante de R\$ 188.757 mediante transferência das participações societárias de Furnas e Eletrosul em Cia Hidrelétrica Teles Pires, agora feitas de forma indireta pela Teles Pires Participações.

8 Imobilizado

Por natureza, o valor dos ativos imobilizados do consolidado está composto da seguinte forma:</

Teles Pires

Teles Pires Participações S.A. CNPJ nº 13.212.219/0001-04 Companhia Fechada



→ Continuação

12 Debêntures e Encargos

Empresa	Debêntures	Série	Quantidade de títulos emitidos	Remuneração	Taxa efetiva	Swap	Consolidado	
							31/12/12	31/12/11
Teles Pires Part.	1ª emissão	Única	65.000	100% CDI + 0,7% a.a.	aplicável	aplicável	Principal Não Circulante	Total
							680.984	680.984
							(-) Custos de transação	
							(3.283)	(3.283)
Total							677.701	677.701

• 1ª Emissão de debêntures privada com único Debenturista FI-FGTS - montante de R\$ 650.000 para financiamento parte dos investimentos na UHE Teles Pires, proveniente do instrumento particular da primeira emissão privada de debêntures simples, assinado em maio de 2012, com prazo de 20 anos, a ser amortizado em 34 parcelas semestrais a partir de novembro de 2015, com custo de 100% do CDI acrescida de *spread* de 0,7% a.a. e juros pagos semestralmente a partir de novembro de 2015. Foram dadas como garantia, a garantia fidejussória da fiadora Neoenergia e como garantia real a conta reserva a ser mantida pela emissora. As debêntures não são conversíveis. Os vencimentos das parcelas a longo prazo são os seguintes:

	Consolidado		
	31/12/12	31/12/11	Total Líquido
2015	20.897	(101)	20.796
2016	40.005	(193)	39.812
2017	40.005	(193)	39.812
Após 2017	580.078	(2.797)	577.281
Total	680.985	(3.284)	677.701

A mutação das debêntures, as quais estão denominadas em moeda nacional, é a seguinte:

	Consolidado		
	Moeda Nacional	Passivo	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2011 (não auditado)	-	-	-
Ingressos	(a)	646.716	646.716
Encargos		30.985	30.985
Saldos em 31 de dezembro de 2012		677.701	677.701

(a) O valor do ingresso está líquido do custo de transação.

13 Impostos e Contribuições a Recolher

Circulante	Controladora		Consolidado	
	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
		(não auditado)		(não auditado)
Imposto de Renda - IR	1	-	1	-
Imposto sobre Circulação de Mercadorias - ICMS	-	-	4.523	10
Imposto sobre Serviços - ISS	-	-	2.351	-
Parcelamento de Tributos	1	-	1	-
Outros	-	-	611	-
Total	2	-	7.487	10

14 Uso do Bem Público

A Companhia Hidrelétrica Teles Pires recolherá ao Poder Concedente pelo Uso do Bem Público, objeto do Contrato de Concessão, parcelas mensais equivalentes a um doze avos do pagamento anual de R\$ 5.515. O início do pagamento dar-se-á a partir da entrada em operação comercial da primeira unidade geradora, atestada pela ANEEL, ou a partir do início da entrega da energia objeto de CCEAR, até o 35º ano da Concessão.

O valor do pagamento pelo Uso do Bem Público será atualizado anualmente pela variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA a partir do mês anterior à data do leilão.

Considerando que os valores contratuais estão a preços futuros, a investida procedeu ao seu ajuste a valor presente com base em taxa de desconto de referência na data da assunção da obrigação. A taxa de desconto utilizada foi de 5,49% a.a.

Durante a fase de construção, a atualização da obrigação em função de taxa de desconto e da variação monetária será capitalizada no ativo e, a partir da data da entrada em operação comercial, reconhecida no resultado financeiro da investida.

15 Patrimônio Líquido

Capital social

O capital social subscrito e integralizado da Companhia em 31 de dezembro de 2012 é de R\$ 381.751, dividido em 381.751 ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

A composição do capital social realizado segregado pelos principais acionistas da Companhia é a seguinte:

Acionistas	Lote de mil ações	
	Ações Ordinárias	%
Neoenergia S.A.	193.013	50,56
Furnas Centrais Elétricas S.A.	94.369	24,72
Eletrosul Centrais Elétricas S.A.	94.369	24,72
Total	381.751	100,00

Acionistas	R\$ Mil	
	Ações Ordinárias	%
Neoenergia S.A.	193.013	50,56
Furnas Centrais Elétricas S.A.	94.369	24,72
Eletrosul Centrais Elétricas S.A.	94.369	24,72
Total	381.751	100,00

Conforme ATA de Assembleia Geral Extraordinária de 5 de dezembro as empresas Furnas e Eletrosul passaram a participar do capital de Teles Pires Participações S.A.

16 Custos e Despesas Operacionais

Os custos e as despesas operacionais têm a seguinte composição por natureza de gasto:

	Consolidado			
	Acumulado		31/12/11	
		31/12/12	31/12/11	(não auditado)
Custos/Despesas	Ref.	Despesas gerais e administrativas	Total	Total
Pessoal	(a)	(2.796)	(2.796)	(672)
Administradores		(300)	(300)	(413)
Material		(340)	(340)	(90)
Serviços de terceiros		(3.179)	(3.179)	(939)
Depreciação e amortização		(38)	(38)	-
Arrendamentos e alugueis		(754)	(754)	(286)
Outros		(750)	(750)	(1.015)
Total custos/despesas		(8.157)	(8.157)	(3.415)

	Consolidado			
	Acumulado		31/12/11	
		31/12/12	31/12/11	(não auditado)
Custos/Despesas	Ref.	Despesas gerais e administrativas	Total	Total
Serviços de terceiros		(18)	(18)	-
Total custos/despesas		(18)	(18)	-

17 Receita Financeira

	Consolidado	
	31/12/12	31/12/11
Renda de aplicações financeiras	-	1.319
Total	-	1.319

18 Despesa Financeira

	Consolidado	
	31/12/12	31/12/11
Despesa financeira	-	-
Outras despesas financeiras	(270)	(39)
Total	(270)	(39)

19 Contingências

A sua investida é parte envolvida em quatro processos legais, com natureza de Ação Cível Pública no que tange à parte ambiental do empreendimento. Tais processos tem prognósticos de perda possível, segundo avaliação da administração suportada pelos seus consultores jurídicos externos.

Ação	Valor	Prognóstico de perda
1. Ausência do estudo do componente indígena (Nº 0005891-81.2012.4.01.3600)	3.600.000 (*)	Possível
2. Ausência de consulta livre prévia dos povos indígenas afetados pelo empreendimento (Nº 0003947-44.2012.4.01.3600)	3.600.000 (*)	Possível
3. Situação irregular dos termos de pactuação com municípios (Nº 8006-03.2011.4.01.3603)	16.500	Possível
4. Situação irregular com relação à legislação estadual do Mato Grosso (Nº 0007742-83.2011.4.01.3603)	1.000	Possível

20 Compromissos

Compromissos advindos do contrato de concessão da investida.

(a) **Garantia de fiel cumprimento**
A garantia de fiel cumprimento das obrigações assumidas no contrato de concessão, prestada pela Companhia Hidrelétrica Teles Pires conforme Edital de leilão nº 04/2010-ANEEL, no montante de R\$ 166.427 (atendido através de seguro-garantia firmado com Tokio Marine Brasil Seguradora S.A., cujo prêmio foi pago anticipadamente e deverá ser amortizado pelo prazo de vigência da apólice), vigorará até três meses após o início da operação comercial da última unidade geradora da Usina Hidrelétrica Teles Pires, podendo ser substituída por novas garantias, de valor progressivamente menor à medida que, de acordo com a fiscalização da ANEEL, atingir os marcos descritos a seguir:

Marco	Percentual liberado do montante inicial da garantia
Conclusão das instalações das centrais de britagem e concretagem	20%
Início da concretagem da casa de força	30%
Início da operação comercial de primeira unidade geradora	40%
Início da operação comercial de unidade geradora que integraliza 50% da potência total	85%
Final do terceiro mês posterior ao início da operação comercial da última unidade geradora	100%

(b) Pesquisa e desenvolvimento

Aplicar anualmente o montante mínimo de 1% de sua receita operacional líquida em pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico, nos termos da Lei nº 9.991/2000, alterada pela Lei nº 10.848/2004. A investida deve apresentar à ANEEL, anualmente, um programa contendo ações e metas físicas e financeiras, bem como a comprovação do cumprimento das obrigações junto ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT.

(c) Compromissos ambientais

A investida obteve licença de instalação 818/2011 emitida pelo IBAMA em 19 de agosto de 2011, válida por 4 anos referente ao barramento da Usina Hidrelétrica Teles Pires, contendo exigências para implementação de planos e programas socioambientais.

Além disso, a investida assinou termos de compromisso entre ela e os municípios que a UHE Teles Pires, exerce influência: Município de Paranaitá (estado do Mato Grosso) e município de Alta Floresta (estado do Mato Grosso) e município de Jacareacanga (estado do Pará).

A Administração da companhia demonstra gestão para o cumprimento das mesmas, porém até 31 de dezembro de 2012 alguns problemas exigidos pelo órgão que permanecem em andamento seguem descritos abaixo:

- **PACM - Estado do Mato Grosso:** construção de área física para depósito de insumos em processo de orçamento pelo CHPT e aprovação pela VISA - MT.
- **PACM - Estado de Pará:** itens entregues ao município de Jacareacanga/PA no mês de janeiro de 2012.
- **PACM - Município de Paranaitá/MT:** construção de área física de laboratório para malária (110 m²), construção de área física para depósito de insumos (69,97 m²) e uma reforma de área física do laboratório existente (pintura, colocação de vidros, revisão de parte elétrica e hidráulica).
- **PACM - Município de Alta Floresta/MT:** construção de área física para laboratório de malária (110 m²), construção de área física para depósito de insumos (191 m²).
- **PACM - Município de Jacareacanga/PA:** itens entregues ao município de Jacareacanga/PA, em janeiro de 2012.
- **Termo de compromisso - Estado do Pará:** previsão de entrega para 1º semestre de 2013.
- **Termo de compromisso - Estado de Mato Grosso:** Segurança Pública - todos os equipamentos foram comprados, e estão aguardando a data de entrega oficial prevista para o 1º semestre de 2013.
- **Termo de compromisso - Município de Paranaitá/MT:** participação/reunião no Grupo de Trabalho de acompanhamento dos programas de mitigação e compensação ambiental, valores associados às ações descritas no novo cronograma, comprovação da constituição do Fundo Garantidor ao Ministério Público. 90% do termo de compromisso entregues com previsão de finalização para o 1º semestre de 2013.
- **Termo de compromisso - Município de Alta Floresta/MT:** participação/reunião no Grupo de Trabalho de acompanhamento dos programas de mitigação e compensação ambiental, valores associados às ações descritas no novo cronograma, comprovação da constituição do Fundo Garantidor ao Ministério Público. 90% do termo de compromisso entregues com previsão de finalização para o 1º semestre de 2013.
- **Termo de compromisso - Município de Jacareacanga/PA:** convênio com o Ministério da Educação e Cultura no âmbito do Programa de Proinfância, projeto de pavimentação do sistema viário do município, PBAI - Casa de Saúde Indígena (CASAI) e fomento a produção agrícola indígena. As obras do termo de compromisso com o município estão previstos para serem entregues no 1º semestre de 2013.

A companhia está ciente da importância do atendimento integral da Licença de Instalação nº 818/2011 e de todas as exigências contempladas nos Termos de Compromisso visando à futura Licença de Operação. A companhia relaciona abaixo as decisões relevantes tomadas de modo a zelar pelo pleno atendimento das condicionantes previstas na licença de instalação:

- Criação de uma gerência de supressão que irá atender a toda supressão de vegetação do reservatório da UHE Teles Pires - dezembro 2012.
- Contratação de mão de obra e entrega de equipamentos para o estudo dos índios isolados - setembro e dezembro 2012.
- Contratação de empresa especializada para implantação dos procedimentos e atendimento aos Princípios do Equador - novembro 2012.

21 Gestão de Risco Financeiro

Em atendimento à Deliberação CVM nº 604, de 19 de novembro de 2009, que aprovou os Pronunciamentos Técnicos CPC 38, 39 e 40, a Companhia efetuou uma avaliação de seus instrumentos financeiros.

Considerações Gerais e Políticas

A administração dos riscos financeiros da Companhia segue o proposto na Política Financeira do Grupo que foi aprovada pelo Conselho de Administração da *holding*. Dentre os objetivos dispostos na Política estão: proteção de 100% da dívida em moeda nacional, o financiamento dos investimentos da Companhia com Bancos de Fomento, alongamento de prazos, desconcentração de vencimentos e diversificação de instrumentos financeiros. Além dessa Política, a empresa monitora seus riscos através de uma gestão de controles internos que tem como objetivo o monitoramento contínuo das operações contratadas, proporcionando maior controle das operações realizadas pelas empresas do grupo. Com relação às aplicações financeiras, a Companhia segue a Política de Crédito do Grupo que estabelece limites e critérios para avaliação e controle do risco de crédito ao qual a empresa pode estar exposta. De acordo com essa política, a seleção das instituições financeiras considera a reputação das instituições no mercado e as operações são realizadas ou mantidas apenas com emissores que possuem *rating* considerado estável ou muito estável.

Gestão do Capital Social

A Companhia promove a gestão de seu capital através de políticas que estabelecem diretrizes qualitativas aliadas a parâmetros quantitativos que visam monitorar seu efetivo cumprimento.

A gestão do capital consiste em estabelecer níveis de alavancagem que maximizam valor para a empresa, considerando o benefício fiscal da dívida, o custo de endividamento e todos os diversos aspectos envolvidos na definição da estrutura ótima de capital.

Não houve alterações dos objetivos, políticas ou processos durante os períodos de 31 de dezembro de 2012 e 2011.

Em 31 de dezembro de 2012, os principais instrumentos financeiros estão descritos a seguir:

- Caixa e Equivalentes de caixa - são classificados como mantido para negociação. O valor justo está refletido nos valores registrados nos balanços patrimoniais;
 - Títulos e valores mobiliários - são classificados como mantidos até o vencimento, e registrados contabilmente pelo custo amortizado. Além disso, os títulos e valores mobiliários também representam os fundos exclusivos compostos por papéis com vencimentos no longo prazo, sendo registrados, a valor justo por meio do resultado, e classificados como destinados para negociação imediata;
 - Fornecedores - decorrem diretamente das operações da Companhia e são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo.
 - Empréstimos, financiamentos
- O principal propósito desse instrumento financeiro é gerar recursos para financiar os programas de expansão da Companhia e eventualmente gerenciar as necessidades de seus fluxos de caixa no curto prazo.
- Empréstimos, financiamentos em moeda nacional com o BNDES - são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo, e estão contabilizados pelos seus valores contratuais, e atualizados pela taxa efetiva de juros da operação. Os valores de mercado destes empréstimos são equivalentes aos seus valores contábeis. Trata-se de instrumentos financeiros com características oriundas de fontes de financiamento específicas para financiamento de investimentos em distribuição de energia, com custos subsidiados, atrelados à TJLP - Taxa de Juros do Longo Prazo ou com taxas prefixadas, e do capital de giro da Companhia, com custos atrelados à CDI - Certificado de Depósito Interbancário.

O quadro a seguir apresenta os valores dos instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2012 e 2011 e o nível de mensuração do valor justo por meio do resultado, de acordo com a CPC 40:

	Ativos (Passivos)			
	31/12/12		31/12/11	
	Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Ativo				
Caixa e equivalentes de caixa	417.729	417.729	62	62
Títulos e valores mobiliários	8.000	8.000	178.861	178.861
Passivo				
Fornecedores	86.811	86.811	21.402	21.402
Demais empréstimos e financiamentos em moeda nacional	761.064	761.064	159.990	159.990
Debêntures em moeda nacional	677.701	677.701	-	-

CPC 40 Níveis de Hierarquia do Valor Justo

- Nível 1 - Mercado Ativo: Preço cotado (sem ajustes) em mercado;
- Nível 2 - Sem Mercado Ativo: outros dados além dos cotados em mercado (Nível 1) que podem precificar as obrigações e direitos, direta (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços); e
- Nível 3 - Sem Mercado Ativo: dados para precificação não presente em mercado.

Fatores de risco

- Riscos financeiros
- Risco de taxa de juros

Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado, ou diminuam a receita financeira relativas às aplicações financeiras da Companhia. Ainda assim, a Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de proteção contra o risco de volatilidade dessas taxas.

A Companhia possuía, em 31 de dezembro de 2012, aplicações financeiras atreladas ao CDI, bem como contratos de empréstimos e financiamentos atrelados à TJLP.

A análise de sensibilidade demonstra os impactos no resultado da Companhia de uma possível mudança nas taxas de juros, mantendo-se todas as outras variáveis constantes.

A tabela abaixo demonstra a perda (ganho) que poderá ser reconhecida no resultado da Companhia no exercício seguinte, caso ocorra um dos cenários apresentados abaixo:

Operação	Risco	Cenário		
		provável	Cenário (II)	Cenário (III)
Ativos Financeiros				
Aplicações financeiras em CDI	Queda do CDI	7.074	5.306	3.537
Passivos Financeiros				
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures				
Dívidas em CDI	Alta do CDI	(15.715)	(19.644)	(23.572)
Dívida em TJLP	Alta da TJLP	69.188	86.485	103.781

Para o cálculo dos valores nos cenários acima, foram projetados os encargos e rendimentos para o trimestre seguinte. Para os encargos de dívida foi considerada, no cenário provável, a projeção de taxa de juros divulgada pela BM&FBOVESPA para o período. No cenário II esta projeção foi majorada em 25% e no cenário III a curva foi majorada em 50% em relação ao cenário provável. Para os rendimentos das aplicações financeiras, foi considerada a projeção do CDI da BM&FBOVESPA para o período no cenário provável, uma redução de 25% no CDI projetado para o cenário II e uma redução de 50% para o cenário III.

- Riscos de liquidez

O risco de liquidez é caracterizado pela possibilidade da Companhia não honrar com seus compromissos no vencimento. Este risco é controlado, através de um planejamento criterioso dos recursos necessários às atividades operacionais e à execução do plano de investimentos, bem como das fontes para obtenção desses recursos. O permanente monitoramento do fluxo de caixa da empresa, através de projeções de curto e longo prazo, permite a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos, com a antecedência necessária para a estruturação e escolha das melhores fontes.

A Política Financeira adotada pela Companhia busca constantemente a mitigação do risco de liquidez, tendo como principais pontos o alongamento de prazos dos empréstimos e financiamentos, desconcentração de vencimentos e diversificação de instrumentos financeiros.

Havendo sobras de caixa são realizadas aplicações financeiras para os recursos excedentes com base na Política de Crédito do Grupo Neoenergia, com o objetivo de preservar a liquidez e mitigar o risco de crédito (atribuído ao *rating* das instituições financeiras). As aplicações da Companhia são concentradas em fundos exclusivos para as empresas do Grupo, e têm como diretriz alocar ao máximo os recursos em ativos com liquidez diária. Em 31 de dezembro 2012 a Companhia mantinha um total de aplicações no curto prazo de R\$ 305.069.

A tabela abaixo demonstra o valor contábil dos fluxos de obrigações da Companhia, com empréstimos, financiamentos, debêntures e fornecedores, por faixa de vencimento, correspondente ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento:

	2013	2014	2015, 2016	2018
	Menos de 1 ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos
Circulante				
Fornecedores	86.811	-	-	-
Empréstimos e Financiamentos	-	-	761.064	-
Não Circulante				
Debêntures	-	-	100.420	577.281

- Riscos operacionais
- Risco de crédito

O risco surge da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores relativos ao fornecimento da energia gerada.

- Risco quanto à escassez de energia

O Sistema Elétrico Brasileiro é abastecido predominantemente pela geração hidrelétrica. Um período prolongado de escassez de chuva, durante a estação úmida, reduzirá o volume de água nos reservatórios dessas usinas, trazendo como consequência o aumento no custo da aquisição de energia no mercado de curto prazo e na elevação dos valores de Encargos de Sistema em decorrência do despacho das usinas termelétricas. Numa situação extrema poderá ser adotado um programa de racionamento, que implicaria em redução de receita. No entanto, considerando os níveis atuais dos reservatórios e as últimas simulações efetuadas, o Operador Nacional de Sistema Elétrico - ONS não prevê